Ata da quarta reunião ordinária da Assembleia de Freguesia.

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, realizou-se a quarta sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de Caldelas do ano de dois mil e dezoito, no salão nobre da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários das Caldas das Taipas, sob a presidência de Sérgio Nuno Pereira de Araújo e secretariada por José Inácio da Fonseca e Eliana de Morais Pimenta, e com a seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Leitura e aprovação da ata da 3ª sessão ordinária de 2018, realizada a 25 de setembro de 2018.
2. Período reservado à intervenção do Público e destinado ao pedido de esclarecimentos dirigidos aos membros da Assembleia e sobre assuntos do interesse da Freguesia.
3. Tratamento de assuntos gerais de interesse para a Freguesia, sem carácter deliberativo.

PERIODO DA ORDEM DO DIA

4. Apreciação da informação escrita da Junta de Freguesia relativa à atividade e situação financeira entre sessões.
5. Apresentação, Discussão e Votação do Regulamento de Taxas e Licenças – Atualização das Tabelas.
6. Apresentação, Discussão e Votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2019.
7. Apresentação, Discussão e Votação do Plano Plurianual de Investimentos para quadriénio 2019 - 2022.
8. Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais.
9. Apresentação, Discussão e Votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2019.
10. Apresentação, Discussão e Votação da Revisão do Regulamento do Fundo de Socorro Social.

11. Apresentação, Discussão e Votação da Revisão dos Regulamentos de Apoio às Associações Culturais e Desportivas. _____
12. Apresentação, Discussão e Votação da Proposta de Alteração ao Objeto da Aceitação de Doação de Terreno. _____
13. Apresentação, Discussão e Votação das Propostas de Aditamento de Prazos a Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências. _____
14. Apresentação, Discussão e Votação da Proposta de Celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia para Manutenção de Espaços Verdes. _____

O presidente da Mesa declarou aberta a quarta sessão ordinária do ano de dois mil e dezoito da Assembleia de Freguesia de Caldelas e saudou todos os presentes. _____

Começou por dar conta da chegada à Mesa dos seguintes pedidos de substituição: José Agnelo Crato Guimarães Azenha Pires e Ana Isabel Gonçalves Garcia pelo Partido Socialista e Carlos Franclim Matos Freitas pela coligação de partidos Juntos por Guimarães. _____

Sendo o edital convocatório distribuído previamente, emitido e publicado a doze de dezembro do ano de dois mil e dezoito, o presidente da Mesa informou a Assembleia da retificação do edital, na medida em que o mesmo contém uma incorreção, já que no seu ponto 1 se indica indevidamente que a 3.ª sessão ordinária se realizou no dia 24 de outubro de 2018, quando na verdade a mesma se realizou no dia 25 de setembro de 2018. O presidente da Mesa solicitou à Assembleia a dispensa da sua leitura, que foi aceite por unanimidade. _____

De seguida, procedeu-se ao registo das presenças em folha própria dos seguintes membros: Sérgio Nuno Pereira de Araújo, José Inácio da Fonseca, Eliana de Morais Pimenta, António Augusto da Silva Mendes, José Alexandre Maia Freitas, José Horácio da Silva Nogueira, Manuel da Silva Magalhães e Hélder Rui Andrade da Silva pelo Partido Socialista; Manuel José Araújo Ribeiro, Constantino João Quintas Veiga, Sara Daniela Martins Marques Silva, José Maria Fernandes Ferreira Gomes e Luís Maria de Freitas Matos pela coligação de partidos Juntos por Guimarães. _____

Da Junta de Freguesia de Caldelas estiveram presentes: Luís Miguel de Freitas Marques Carvalho Soares, presidente; Cristina Maria da Silva Marques Castro, tesoureira; João Manuel

Fernandes da Silva Ribeiro, secretário; Patrícia Alexandra Gomes Correia, vogal; António Joaquim Azevedo de Oliveira, vogal.

Ponto um – Leitura e aprovação da ata da 3ª sessão ordinária de 2018, realizada a 25 de setembro de 2018.

O presidente da Mesa propôs à Assembleia a dispensa da leitura da ata, em virtude da respetiva proposta ter sido antecipada e atempadamente enviada a todos os membros da Assembleia, o que foi aceite por unanimidade.

Não havendo inscrições para a discussão da ata, a mesma foi submetida a votação.

A ata da 3ª sessão ordinária de 2018, realizada a 25 de setembro de 2018, foi aprovada com 8 votos a favor, 5 do Partido Socialista e 3 da coligação de partidos Juntos por Guimarães; havendo 5 abstenções devido a não terem estado presentes nessa sessão, a saber: Sérgio Nuno Pereira de Araújo, José Alexandre Maia Freitas, Manuel da Silva Magalhães pelo Partido Socialista e Sara Daniela Martins Marques Silva, Luís Maria de Freitas Matos pela coligação de partidos Juntos por Guimarães.

Ponto dois – Período reservado à intervenção do Público e destinado ao pedido de esclarecimentos dirigidos aos membros da Assembleia e sobre assuntos do interesse da Freguesia.

O presidente da Mesa questionou o Público sobre o interesse em se inscreverem para pedido de esclarecimentos dirigidos aos membros da Assembleia e sobre assuntos do interesse da Freguesia. Inscreveu-se o cidadão Armando Abreu (com assuntos de interesse geral da Freguesia).

O presidente da Mesa realçou que, de acordo com o regimento, as interpelações são efetuadas aos membros desta Assembleia e a resposta do Executivo da Junta é facultativa. Também solicitou que, dentro do possível, a intervenção fosse concisa e objetiva.

Armando Abreu, depois de cumprimentar os presentes, pretendeu esclarecimentos sobre a rua do Comandante Carvalho Crato e a rua de Santo António que estão a ficar esburacadas, em consequência das intervenções de reparação das redes pela Vimágua, provocando prejuízos nos veículos e ressoadas à passagem. Também aludiu que os buracos nos passeios ficam cheios de água nesta época das chuvas.

De seguida, de acordo com o número 4 do artigo 34º do regimento desta Assembleia, foi dada a palavra ao presidente da Junta de Freguesia de Caldelas, Luís Miguel de Freitas Marques Carvalho Soares. Depois de cumprimentar os presentes e agradecer ao cidadão que interveio, respondeu-lhe que: i) A Junta de Freguesia tem acompanhado o problema, pelas vias formais e informais; ii) Já esteve no local com o empreiteiro da obra para solucionar prioritariamente os problemas associados aos passeios, não tendo até ao momento surtido efeito; iii) Como a obra foi executada em 2013 e esta Junta tomou posse em 2017 ir-se-ão tomar as diligências necessárias para reparar a deficiências identificadas, ainda dentro do quadro legal de garantia da obra.

Ponto três – Tratamento de assuntos gerais de interesse para a Freguesia, sem carácter deliberativo.

O presidente da Mesa deu nota que chegou à mesa da Assembleia de Freguesia: i) No dia 4 de outubro de 2018, uma carta dirigida ao seu presidente, do eleitor n.º 6394 Sérgio Augusto e Sousa da Cunha Machado, solicitando a apreciação do pedido por si formulado e relativo à publicação online das atas das Assembleias de Freguesia; ii) No dia 15 de novembro de 2018, um email dirigido ao seu presidente, do mesmo eleitor, solicitando o agendamento duma audiência com o senhor presidente da Assembleia de Freguesia, relativamente ao pedido anterior; iii) O presidente da Assembleia, no seguimento dos pedidos do eleitor, entendeu levar o assunto a conferência de líderes, tendo sido acordado, por unanimidade, a publicação das atas da Assembleia de Freguesia, em versão de trabalho, no sítio oficial da Junta de Freguesia, tendo sido ainda acordado que o presidente da Assembleia e os líderes parlamentares, o deputado Augusto Mendes e o deputado Manuel Ribeiro, se reuniriam com o cidadão, para lhe transmitirem pessoalmente essa decisão. A reunião veio a realizar-se no dia 10 de novembro de 2018 com a presença de todos, exceção feita ao líder da bancada da coligação de partidos Juntos por Guimarães, por um imprevisto profissional deste; iv) Com a pronta colaboração da Junta de Freguesia, as atas da Assembleia de Freguesia, desde do início do mandato, já estão disponíveis para consulta, no sítio oficial da Junta de Freguesia de Caldelas, desde o passado dia 12 de dezembro.

No seguimento, também referenciou os convites e as representações da Assembleia de Freguesia, em que elementos da Mesa estiveram presentes, nomeadamente: i) Do convite do senhor presidente da Junta de Freguesia e da Brigada Verde de Caldelas, a Assembleia de

Freguesia esteve presente, no dia 12 de outubro de 2018, na apresentação pública do projeto Eco-Família XXI, que decorreu na sede da Junta de Freguesia de Caldelas; ii) Ainda a convite das mesmas entidades, a Assembleia de Freguesia esteve presente, no dia 13 de outubro de 2018, no mercado de venda de produtos biológicos, iniciativa denominada "Taipas Bio 2018", que decorreu no antigo mercado de Caldas das Taipas; iii) A convite do senhor presidente da Câmara Municipal de Guimarães e do senhor presidente da Junta de Freguesia de Caldelas, a Assembleia de Freguesia esteve presente, no dia 23 de outubro de 2018, na apresentação pública dos projetos de requalificação do antigo mercado das Taipas e da construção do parque de lazer da praia seca da Freguesia de Caldelas; iv) A convite do senhor o presidente da Junta de Freguesia de Caldelas, a Assembleia de Freguesia esteve presente, no dia 3 de novembro de 2018, na receção da comitiva da comunidade francesa de Saint-Michel-Sur-Orge, geminada com a Freguesia Taipense desde 2017, que decorreu na sede da Junta de Freguesia, e no concerto comemorativo, com o quinteto de metais da Orquestra de Guimarães, no âmbito do programa excentricidade - Caldelas, que se realizou no mesmo dia, no auditório dos Bombeiros Voluntários das Caldas das Taipas; v) A convite do senhor o presidente da Junta de Freguesia de Caldelas, a Assembleia de Freguesia participou, no dia 30 de novembro de 2018, no âmbito 9ª edição da semana da reflorestação nacional, na plantação simbólica de árvores, na Escola EB1 do Pinheiral e na rua da Taipa; vi) Ainda a convite do Jornal Reflexo e da Junta de Freguesia de Caldelas, a Assembleia de Freguesia esteve presente, no dia 8 de dezembro de 2018, naquela que desejamos ter sido a primeira edição da gala "A Terra onde a lua fala", gala que pretende prestar, e prestou de facto, uma homenagem a pessoas singulares ou coletivas pelo seu desempenho em diversas áreas de atividade durante o ano em causa e que contribuem significativamente para promover a imagem de Caldas das Taipas; vii) Finalmente, a convite da comissão de festas "Dar Vida à Vila", a Assembleia de Freguesia esteve presente, no dia 14 de dezembro de 2018, na abertura da "Vila Natal", na praça Dr. João Antunes Guimarães.

Inscreveram-se para intervir os deputados Hélder Rui Andrade da Silva e António Augusto da Silva Mendes, pelo Partido Socialista e José Maria Fernandes Ferreira Gomes e Manuel José Araújo Ribeiro pela coligação de partidos Juntos por Guimarães.

O deputado José Maria Fernandes Ferreira Gomes na sua intervenção, após cumprimentar todos os presentes, referiu que, e passa-se a citar entre aspas, "Neste ponto da ordem de trabalhos quero partilhar convosco algumas notas de interesse geral para a freguesia. Temos um ano de governo deste executivo. Os taipenses depositaram um capital de esperança eufórico e

desmedido, que resultou de um trabalho político e propagandístico sem paralelo. Quando questionamos alguns discípulos taipenses, com quem temos relações próximas, a resposta mais ouvida é..." Afinal a montanha pariu um rato"! Temos um presidente de Junta que é simultaneamente deputado da nação e presidente da Comissão Política do PS. São responsabilidades políticas que vinculam o cumprimento das promessas efetuadas e o desenvolvimento almejado da Vila das Taipas. Se até aqui não se fazia nada, agora não há desculpas. Se não houver um saldo e um salto qualitativo do trabalho a desenvolver nunca será afastado o fantasma da aproximação a Braga, da desintegração do território concelhio ou vontade recorrente de "Taipas a Concelho". Partilhamos da ideia de que temos um jovem político capaz, dedicado, trabalhador, a fazer o seu caminho e com sérias possibilidades de ir mais além. Só que as ideias não permanecem eternamente na cabeça das pessoas. Têm que ter correspondência prática para se tornarem consistentes, sérias e credíveis. Até aqui tem sido muito "show off", muita parra e pouca uva. Neste ano de governação destacamos 5 notas que não se enquadram nas expetativas criadas e no slogan... "Agora é que é"! 1ª. Apesar do propagandeado buraco financeiro, a Junta de Freguesia encomendou uma auditoria sem qualquer validade legal, académica, científica ou outra; 2ª. Atirou para o caixote do lixo cerca de 1000 euros mensais dos correios e prejudicou seriamente os taipenses e outros utentes que, às vezes, para levantar uma simples carta, perdem horas do seu tempo; 3ª. Criou uma taxa por sepultura castigando as famílias que, pela sua natureza e leis da vida, perdem os seus ente queridos; 4ª. Adotou um esquema fotográfico e propagandístico de tirar fotografias e aparecer ao lado de tudo quanto mexe, aparecendo ao lado de figuras públicas, quer sejam políticas, sociais, desportivas, associativas ou outras "individualidades"; 5ª. A nota mais grave que quero realçar foi o tão insistentemente divulgado e propalado bicho papão titulado "buraco financeiro de 100 mil euros" do anterior executivo que teve como grande objetivo justificar o marasmo e os insucessos deste primeiro ano de mandato. Aqui destacamos a forma meticulosa e habilidosa como tentaram passar a informação do buraco financeiro (e outra) para a população... reunindo primeiro com os apoiantes e discípulos e até mesmo efetuar uma reunião extraordinária da Junta de Freguesia para apresentar as grandes opções do plano à população. Estou convencido que ainda estamos numa democracia representativa e é, em primeira instância, na Assembleia de Freguesia que a Junta deve prestar contas. Parece-nos que não têm qualquer respeito por este órgão deliberativo e pelos eleitos locais como já o demonstraram, por exemplo, com a mentira do mandato que procuraram passar como verdadeira: Recebemos do executivo anterior uma dívida de 100 mil euros. (agora...nos documentos enviados já dizem que são 45.000 euros) A verdade

é que, pela informação que dispomos, na passagem de testemunho, receberam créditos da ordem dos 64 mil euros e débitos da ordem de 42 mil euros. A dois meses do final do mandato ficaram com um saldo positivo de cerca de 22 mil euros. Depois, para terminar as obras em falta, nomeadamente, da Rua do Tojal, Rua dos Cutileiros, Rua do Rabelo e Rua do Montinho, receberam acima de 91 mil euros, conforme contrato de delegação de competências assinado em 22 de outubro de 2015, pelo executivo anterior. Claro que, depois desta data, houve um conjunto de manobras a que já nos habituamos para atrasar e impedir que as obras fossem efetuadas a tempo e horas. Se juntarmos estes dois montantes (113 mil euros), o executivo anterior não deixou qualquer tipo de dívida. Portanto, façam o favor de pagar o que está bem feito (se ainda não o fizeram), mandem corrigir o que não está bem e liquidem tudo, quando estiver concluído. Era assim que faríamos em nome da boa-fé, da verdade, do rigor, da transparência, do respeito pelos compromissos assumidos e do interesse público." _____

O deputado Hélder Rui Andrade da Silva na sua intervenção, após cumprimentar todos os presentes, referiu que, e passa-se a citar entre aspas, "O Partido Socialista começa por congratular o Jornal Reflexo pela organização, em colaboração com a Junta de Freguesia, da Gala " Taipas Terra onde a Lua Fala" e na gala congratular todas as pessoas e instituições que foram distinguidas estendendo à associação Reflexo pelos seus 25 anos. Congratular também o Município de Guimarães pela distinção de município ECO XXI – Guimarães mais verde. Congratulamos também a atleta Joana Ribeiro pelo vice-campeonato na modalidade de Kendo, o Clube Caçadores das Taipas pelo seu 95º aniversário e ainda o atleta do Núcleo de Atletismos das Taipas Paulo Fontão pelo título nacional de maratonas Sub23 obtido na maratona do Porto."

O deputado Manuel José Araújo Ribeiro na sua intervenção, após cumprimentar todos os presentes, referiu que o trânsito, nesta última semana, tem fluído de forma mais eficaz quando os semáforos no centro da Vila estiveram intermitentes. Entende que esta solução não põe em risco a segurança dos peões e, mais em particular, das crianças. Esta solução, dos semáforos intermitentes, são historicamente a melhor solução e foi desde sempre a defendida pelo anterior Executivo da Junta de Freguesia. Solicitou à Junta de Freguesia uma atenção especial para a resolução deste problema. _____

O deputado António Augusto da Silva Mendes na sua intervenção, após cumprimentar todos os presentes, referiu que, e passa-se a citar entre aspas, "Queremos aqui deixar clara a nossa posição e sublinhar a cooperação que temos assistido entre a Junta de freguesia e a Câmara

Municipal. As Taipas, como espaço de centralidade que é e que agrega serviços para as freguesias vizinhas tem de ter com a Câmara Municipal uma relação de proximidade e que seja da intensidade condizente com a nossa força. Assistimos no último ano a claros sinais de cooperação que permitiram que a nossa Vila, através da Junta de freguesia e de várias instituições, fosse contemplada com transferências de verbas importantes para o nosso desenvolvimento. Podemos dar alguns exemplos simples mas da máxima importância: a) A transferência da verba que vai permitir o pagamento em dívida e o término da obra do Tojal; b) A transferência de verbas para a comissão "Dar Vida à Vila" para as festas de S. Pedro, Dar Vida à Vila e Vila Natal; c) A transferência para os Bombeiros voluntários para a comparticipação de compra de viatura e fatos de mergulho; d) A transferência para o CART para a realização de torneios internacionais da máxima importância para a divulgação da nossa Vila; e) A transferência para a Banda Musical. Mas para 2019 com o que está previsto ser realizado com o apoio da Câmara Municipal esta cooperação tende a ser ainda maior o que só por si vai ao encontro daquilo que é o anseio de todos os Taipenses. Mas não pensem os mais incautos que tudo o que está em curso é por acaso. Puro engano. Tudo o que assistimos e vamos assistir é fruto do trabalho realizado por este executivo que com a fina preparação dos dossiers que são apresentados na Câmara Municipal, fundamentados, baseados em estudos e projetos, com explicações claras do que é pretendido e do que pretende atingir, tem da Câmara Municipal o apoio que lhe é devido. A Câmara Municipal não apoiou muito nem pouco, apoiou o que tinha de apoiar, e apoiará o que deve apoiar e o que as Taipas justifica que seja apoiado. Com base em todo o trabalho que vem de 2018 temos de ter garantias que as coisas vão avançar. Aproveitamos por exemplo para questionar o executivo sobre o projeto de centralidade da Vila. Em que fase está? É um projeto pelo qual esperamos à demasiado tempo. Mas em contraponto a isto que acabei de enunciar temos a Coligação Juntos por Guimarães. Uma força política que se une para prejudicar as Taipas. Vejamos o último caso em que a Câmara Municipal decidiu alargar as iluminações de Natal a duas vilas do concelho que pela sua centralidade e de serviços o justificavam. Taipas e Pevidém. A Coligação de partidos Juntos por Guimarães votou a favor que o subsídio fosse atribuído a Pevidém e votou contra a que o mesmo subsídio fosse atribuído às Taipas. Temos uma força política que anda há 12 anos a discriminar as Taipas mesmo não tendo qualquer poder de decisão. Não queremos imaginar como seria se tivessem o poder. Mas estas posições só por si explicam o quão dificilmente o terão. É uma situação inexplicável e que gostaríamos ver reprovada por todos. Para terminar, dizer que continuaremos o nosso caminho

de trabalho com uma visão de futuro e em que a única coisa que nos importa é a Vila das Taipas e o seu desenvolvimento."

O deputado José Maria Fernandes Ferreira Gomes na réplica, salientou que enquanto membro da coligação de partidos Juntos por Guimarães não está contra as Taipas, nunca votou nada contra as Taipas, só quer votar tudo a favor das Taipas e como não se reviu no contexto da intervenção anterior solicitou esclarecimentos adicionais.

O deputado António Augusto da Silva Mendes Gomes na tréplica, esclareceu que: i) Efetivamente o deputado José Maria Gomes não votou contra as Taipas, no entanto, o grupo concelhio da coligação de partidos Juntos por Guimarães votou contra, na Assembleia Municipal, a que fosse atribuído um subsídio às iluminações de Natal das Taipas e votou a favor das iluminações em Pevidém. Acredita que o deputado até seja contra esta intenção de voto, mas o facto é que os seus representantes concelhios da coligação de partidos Juntos por Guimarães votaram contra as Taipas.

Na prestação de esclarecimentos, o presidente da Junta de Freguesia, na resposta ao deputado José Maria Gomes referiu que: i) O deputado disse na sua intervenção que - Até aqui não se fazia nada e ao apelidar, o apoio dos Taipenses, de "eufórico e desmedido" ao trabalho efetuado pela Junta, revela a dificuldade que a coligação de partidos Juntos por Guimarães ainda tem em ultrapassar o resultado eleitoral que os Taipenses demonstraram nas urnas; ii) Nas referências que fez ao desempenho cumulativo de funções de deputado da República e da comissão política do Partido Socialista e ao facto de termos um jovem político capaz, dedicado, trabalhador, a fazer o seu caminho e com sérias possibilidades de ir mais além, ficou com reservas se eram numa perspetiva positiva ou negativa. Os Taipenses, à semelhança dos homenageados na gala A Terra onde a Lua fala, sempre tiveram orgulho naqueles que foram mais além e é sintomático para que a nossa Vila se enriquecesse. Exemplificou com o Miguel Oliveira nos 3B´s do AvePark, com a elevação da Vila da Taipas em 1940 com um deputado da República e um vereador na Câmara Municipal de Guimarães, com a soprano Elisabete Matos e com os atletas que foram distinguidos na gala; iii) O deputado, ao não se rever naquilo que o grupo concelhio da coligação de partidos Juntos por Guimarães fez quando votou contra, na Assembleia Municipal, a que fosse atribuído um subsídio de 2000€ (dois mil euros) às iluminações de Natal das Taipas, deve agora exigir, junto do partido que representa, que não voltem a votar contra dinheiro que vem para as Taipas; iv) Nas 5 notas apresentadas já foram discutidas

exaustivamente nesta Assembleia, no entanto, referiu que as dívidas deixadas pelo anterior executivo contemplam 45000€ (quarenta e cinco mil euros) de dívidas a fornecedores, 7500€ de dívidas a Associações, mais o restante relativo à dívida da obra do Tojal, perfazendo cerca de 103000€ (cento e três mil euros). Esta dívida herdada, condicionou o primeiro ano de mandato e é o valor que ficará para a História. O atual executivo da Junta de Freguesia já pagou essas dívidas, ficando apenas pendente a resolução judicial da obra do Tojal. Neste momento, o executivo só pretende olhar para a frente, olhar para o futuro das Taipas.

Ponto quatro – Apreciação da informação escrita da Junta de Freguesia relativa à atividade e situação financeira entre sessões.

O secretário da Junta de Freguesia, João Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, após cumprimentar todos os presentes, assinalou as atividades da Junta de Freguesia entre meados do mês de setembro e meados do mês de dezembro, tendo destacado: i) Ao nível ambiental a Brigada Verde prosseguiu o seu trabalho. Neste período realizou-se o Mercado Biológico, apresentou-se o programa Eco Famílias, a campanha de utilização da água da rede pública nas Escolas, colocaram-se quatro novos ecopontos em parceria com a Resinorte, iniciou-se, na semana da reflorestação, um plano de replantação e substituição de árvores na Vila das Taipas; ii) A apresentação pública dos projetos de construção do Parque de Lazer da Praia Seca e de Reabilitação do Antigo Mercado, tendo posteriormente sido colocado a consulta e discussão pública durante o mês de novembro e já houve reunião com a equipa de arquitetos com o objetivo de discutir as propostas trazidas pelos cidadãos; iii) Avançou-se com projeto de reabilitação das rotundas, que está estabilizado e avançará para apresentação pública no início do ano de 2019 e que pretende intervir sobre as entradas principais da Vila das Taipas; iv) Iniciou-se o trabalho com a Câmara Municipal de Guimarães para o estudo urbanístico da margem do Ave desde a Praia Seca até às Levadas, considerando a necessidade de alargamento do Parque de Lazer, a requalificação da variante desde a entrada de Guimarães até a rotunda do Cutileiro e a necessidade de construir uma plataforma intermodal para os transportes públicos e privados, coletivos e individuais; v) Do ponto de vista social, destacou-se o cumprimento do plano de passeios sociais, a comemoração do dia mundial da diabetes em colaboração com a Cooperativa Castreja e o encerramento do programa de vacinação que apoiou 52 cidadãos da Vila das Taipas; vi) Efetuou-se a receção à comitiva de Saint Michel sur Orge com quem a Vila das Taipas é geminada e que permitiu aprofundar os laços de amizade e cooperação, assumindo as duas instituições o compromisso de retomar o intercâmbio de

pessoas, relações comerciais e associativas entre as duas comunidades; vii) Ao nível dos serviços externos a Junta de Freguesia continuou no mês de setembro a limpeza das bermas, sarjetas e sumidouros. Também se procedeu à reparação de passeios, construção de rampa na praceta da Banda de Música, e outros serviços avulsos relacionados com a manutenção do espaço público de que se destaca a limpeza do pontilhão, as intervenções nas Escolas EB1 do Pinheiral e da Charneca, e a resolução de um problema de águas pluviais na Rua das Fontaínhas; viii) No Cemitério, a Junta de Freguesia investiu no embelezamento do espaço com a colocação de brita e plantas nas campas não utilizadas; ix) Articulou-se com a Câmara Municipal de Guimarães, a Vimágua, a Resinorte e a Vitrus Ambiente na resolução dos problemas quotidianos da Freguesia; x) Destacou-se a promoção de atividades de natureza cultural, nomeadamente, o programa Excentricidades, a comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e dos Sítios, a participação nas Jornadas do Património, bem como a ação de preservação do património com a limpeza da Fonte D. João VI. _____

O documento de informação escrita da Junta de Freguesia relativa à atividade e situação financeira entre sessões está averbado no anexo um, que faz parte integrante desta ata. _____

Inscreveram-se para intervir os deputados Constantino João Quintas Veiga pela coligação de partidos Juntos por Guimarães, o deputado José Horácio da Silva Nogueira pelo Partido Socialista e o secretário da Junta de Freguesia prestou esclarecimentos. _____

O deputado Constantino João Quintas Veiga na sua intervenção, após cumprimentar todos os presentes, referiu que, e passa-se a citar entre aspas, "Devo dizer que em apenas um ano, as peripécias tem sido várias. Ao fim de um ano as suas promessas são uma mão cheia de nada. O senhor esvaziou tudo o que era dos mandatos anteriores. O senhor quer apagar tudo o que de bom aconteceu nesta Vila. Mas não consegue. Tem uma marca e essa ninguém a tira, porque já é intrínseca aos taipenses… Foram anos a fio com muito trabalho, com muita dedicação onde se envolveram pessoas fantásticas que muito deram a esta terra, a troco de nada. Trabalharam para a Vila e elevaram bem alto o nome desta terra. Foram muitos os eventos que cá se fizeram e contribuíram para o crescimento da Vila. Crescimento esse que passava por uma afirmação de um programa cultural local, pela exaltação da nossa cultura popular. Foram imensos os eventos em todas as áreas. Pudemos assistir a autênticas multidões nas ruas da Vila. As Taipas impuseram-se. Começou a crescer ao longo dos anos e hoje é uma Vila com um potencial elevado que pede diariamente mais decisões, urgentes, rápidas e autónomas. A vila não precisa

de quem quer continuar a impedir os Taipenses de melhores condições de vida. Os Taipenses devem e podem reclamar mais direitos e condições para esta Vila que, mais uma vez caiu nas mãos daqueles que durante anos e anos descriminaram esta terra e as suas gentes. A vossa postura não foi, não é nunca será honesta para esta gente. Prevalece a chantagem, a mentira e o medo nas vossas opções. O senhor andou um ano à procura de fantasmas. Da divida de cento e tal mil, agora vem no relatório dizer que foram 45 mil. Eu continuo a afirmar que não deixamos nenhuma divida bem pelo contrário. Depois de uma vista de olhos sobre a atividade da junta, não vejo nada de novo, ou seja, de significativo, a não ser talvez a atividade facebokiana, aí a junta tem sido ativa. Não vou falar dos projetos encomendados aos simpatizantes da lista, nem tão pouco vou tecer críticas aos mesmos, a falta de ambição fala por si mesma. Realço a importância dos projetos que criamos para a Vila. A recuperação da zona ribeirinha que vocês chamam de requalificação urbanística. A requalificação do centro urbano, os CTT no edifício da junta, a praia seca e alargamento do parque, a requalificação do rio e da zona ribeirinha, as ruas da Vila e o cemitério. Foram todos a pensar em dotar a Vila de melhores condições para os seus habitantes. Pergunto-lhe senhor presidente, onde está a concretização do que é realmente importante? O alargamento da rua do Azemel? As pluviais e pavimentação da rua da Lama? As águas pluviais e pavimentação da rua Padre Silva Gonçalves, onde estão? Que passos foram dados este ano para a concretização destes projetos? E as escolas. Qual a situação dos professores das atividades extracurriculares? E os funcionários? O senhor não devia reivindicar mais funcionários para as escolas? Não é a sua obrigação? O que se passa é uma pouca vergonha e o senhor é conivente com essa situação. E a piscina no recreio? O senhor já fez alguma coisa? Lamentável. E os jardins? Uma vergonha. Vem agora o senhor presidente anunciar que vão ser realidade os WC para cães. É assim mesmo. E para as pessoas, não se requalificam? E porque se fecham essas? E as associações? Até onde vai o vosso descaramento na discriminação no tratamento das associações? Folheio estas páginas cheias de fotos coloridas e fico a saber que a junta tem ido a muitos jantares e presenças em festas mas nada tem feito para melhorar a vida aos Taipenses. Quanto aos documentos contabilísticos, bem prega Frei Tomás!! Durante anos ouvimos a agora tesoureira da junta de freguesia a apontar críticas ao nosso trabalho, a pedir mais esclarecimentos e dizer que faltava transparência, e nós sempre a aceder aos seus pedidos. Hoje estamos aqui a apreciar a situação financeira de 30 de setembro! Isto é completamente inadmissível e contrário à lei. Sobre este assunto uma palavra também ao senhor presidente da Mesa que tem obrigação de verificar os documentos e assegurar que os mesmos cumprem os predispostos previstos na lei.

Hoje esta assembleia é infrutífera no que à apreciação da situação financeira diz respeito, resta saber se será incompetência ou se este esconder das contas foi deliberado e premeditado." ____

O deputado José Horácio da Silva Nogueira pelo Partido Socialista na sua intervenção, após cumprimentar todos os presentes, referiu que, e passa-se a citar entre aspas, " Relativamente à situação financeira entre sessões, denota-se no relatório, a continuidade de um controlo financeiro que mais uma vez consideramos exemplar prevalecendo novamente a transparência e clareza das contas, esperamos que assim continuem a exercer o bom trabalho no que a esta matéria diz respeito. Quanto ao relatório de atividades entre sessões em si, gostaríamos de sinalizar o bom trabalho desenvolvido em diversas áreas, como a social, o ambiente, o urbanismo e a cultural. Denota-se num âmbito mais geral e amplo, uma vontade e motivação intrínseca em cooperar. Cooperação na sua definição mais simples, não se trata mais do que ações conjuntas com vista a uma finalidade ou objetivo comum, a união de esforços, sinergias...juntos e em conjunto conseguimos obter melhores resultados, conseguimos chegar mais longe e superar obstáculos que sozinhos são mais complicados de alcançar. E esta pequena introdução apenas para dizer que temos que efetivamente distinguir este executivo, em que, através das suas ações, denota-se esta capacidade de cooperação. E para o exemplificar, as recentes cooperações não só com a CMG mas também com instituições e associações da vila. Desde os projetos do parque de lazer da praia seca assim como a reabilitação do antigo mercado ao estudo urbanístico da margem do nosso rio, ao alargamento do Parque de Lazer, requalificação da variante e construção de uma plataforma intermodal para os transportes públicos e privados, denota-se claramente a vontade de realizar, construir, evoluir e progredir com base assente numa cooperação que se pretende sustentada mas que também está interligada com investimento, que com certeza trará boas perspetivas para o futuro. E tocando nesta palavra tão forte, futuro, não o podemos dissociar das questões ambientais. E a este nível há um caminho que a pouco e pouco está a ser trilhado. Porque é uma questão que não é fácil, progressiva e paciente, mas que a seu tempo, semente a semente, os frutos serão colhidos. Através da Brigada Verde e das suas ações, como o Mercado Biológico, o programa Eco-Famílias (muito assertivo a nível de consciencialização ambiental), a colocação de quatro novos ecopontos em parceria com a Resinorte (e o conceito de parceria, cá está, indissociável com o conceito de cooperação), assim como a participação na semana da reflorestação. Socialmente, gostaríamos de destacar e aqui vou-me servir de palavras emprestadas do Sr. Deputado Augusto Mendes, - Este executivo tem feito um trabalho importante, nem sempre visível, mas é

assim que pensamos que o tem de ser. O Programa de Vacinação é um suporte de apoio, todo ele de extrema importância e louvável. Aguardamos também com ansiedade a entrada em funcionamento do Centro de Convívio que tem sido alvo das devidas preparações para o efeito. Para terminar, uma palavra apreço que a nossa bancada pretende fazer ao executivo nomeadamente em relação à parceria com o Jornal Reflexo na realização de uma Gala que visa distinguir quem mais contribui e mais se destaca nas mais diversas áreas de atuação da nossa Vila , assim como, a parceria com os Banhos Velhos que neste momento são, a nível cultural, um polo de extrema importância e destaque, não só a nível local mas também a nível regional, esperamos que continuem a contribuir para o crescimento deste já tão destacado e importante evento cultural." _____

Na prestação de esclarecimentos, o secretário da Junta de Freguesia referiu que: i) Neste ponto não estamos a debater o que foi feito ou que não foi feito no passado; ii) Não há falta de ambição quando se está em fase preparatória da rotunda da Rabata, o centro de convívio para abrir, o desnivelamento dos passeios, construção da nova biblioteca da Escola EB1 da Charneca, revisão da sinalética horizontal e vertical do trânsito, pintura de passadeiras, colocação de lugares de estacionamento para pessoas de mobilidade reduzida, acompanhamento da alteração da iluminação da Vila para a tecnologia led; iii) O que há de novo, no atual Executivo da Junta de Freguesia, encontrar-se ao nível da cooperação e articulação com todos e entre todos, nomeadamente, Associações, Instituições (Vimágua, Resinorte, Vitrus Ambiente, GNR, Polícia Municipal e Bombeiros), colaboradores (jardineiros e varredores) e Câmara Municipal de Guimarães (Presidente, vereadores e responsáveis das estruturas intermédias); iv) Em 2018 há um record de instituições e associações apoiadas financeiramente, em número e montante global. _____

O deputado Constantino João Quintas Veiga, referiu que quem fez a biblioteca da escola da Charneca foi a Associação de Pais e a Junta de Freguesia não teve qualquer intervenção. _____

O presidente da Mesa deu por concluído este ponto da ordem do dia. _____

Ponto cinco – Apresentação, Discussão e Votação do Regulamento de Taxas e Licenças – Atualização das Tabelas. _____

O vogal da Junta de Freguesia, António Joaquim Azevedo de Oliveira, apresentou a atualização das tabelas do regulamento de taxas e licenças, tendo salientado que a proposta que será sujeita a votação prevê a diminuição do valor de duas taxas.

O documento de atualização das tabelas do regulamento de taxas e licenças está averbado no anexo dois, que faz parte integrante desta ata.

Inscreveram-se para intervir o deputado Manuel José Araújo Ribeiro pela coligação de partidos Juntos por Guimarães, o deputado António Augusto da Silva Mendes pelo Partido Socialista. O presidente e o vogal da Junta de Freguesia prestaram esclarecimentos.

O deputado Manuel José Araújo Ribeiro na sua intervenção, referiu que: i) No documento disponibilizado aparecem discriminadas as taxas a aplicar, no entanto, fica a faltar a proposta de alteração de taxas, onde constasse quais as taxas a serem alteradas, as respetivas diferenças de valor e a fundamentação através do regulamento ou lei; ii) Neste contexto, a bancada da coligação Juntos por Guimarães tem dificuldade em analisar com propriedade as alterações propostas através desta insuficiência de esclarecimentos e, por isso, considerou não estarem reunidas as condições para que esta proposta seja votada. Solicitou ao Executivo da Junta de Freguesia esclarecimentos mais pormenorizados sobre esta proposta de alteração das taxas e licenças.

O deputado António Augusto da Silva Mendes prescindiu da sua intervenção.

Na resposta, o presidente da Junta de Freguesia, referiu que: i) O procedimento agora utilizado é o mesmo de sempre, quanto à fundamentação da atualização da tabela de taxas e licenças; ii) Nos últimos 12 anos, não se recorda de ter existido uma fundamentação nas propostas trazidas à Assembleia de Freguesia aquando da alteração da tabela de taxas e licenças; iii) Essa fundamentação consta de uma ata da reunião do Executivo da Junta de Freguesia e poderá ser solicitada; iv) Os deputados da coligação Juntos por Guimarães podiam fazer o trabalho que tem sido costume, desde pelo menos há 12 anos, que é comparar as taxas e licenças da tabela do ano anterior com a proposta deste ano.

Na prestação de esclarecimentos adicionais, o vogal da Junta de Freguesia referiu, que o Executivo propôs que se aprovasse uma nova tabela, para o ano de 2019, que não sofre qualquer agravamento, antes pelo contrário, existem reduções às taxas aplicadas. No capítulo dos registos e licenças de canídeos e gatídeos há alterações. Assim, passa a constar a taxa

registo que apesar de cobrada não constava da tabela e baixa de dez para cinco euros, pelo registo, que é único. Baixa ainda para metade o preço das licenças anuais para animais de companhia e de caça, que era de dez euros anuais e passa para cinco euros. Apesar da taxa anterior de licença para cães de caça estar aprovada em dez euros, por razões desconhecidas, no sistema informático estavam a ser cobrados seis euros e cinquenta cêntimos. Passa-se a citar entre aspas "Quando o Executivo questionou os funcionários administrativos do porquê da situação, disseram desconhecer, mas que não tinham competência para alterar nada no sistema informático." Em resumo, baixa-se para metade as taxas aprovadas de animais de caça e de companhia, assim como o registo de canídeos que se efetua apenas uma vez. _____

Colocado à votação, este ponto foi aprovado por maioria com oito votos a favor do Partido Socialista, um voto a favor do deputado José Maria Fernandes Ferreira Gomes da coligação de partidos Juntos por Guimarães e quatro votos de abstenção dos restantes membros desta coligação. _____

Pontos seis e sete – Apresentação, Discussão e Votação das Grandes Opções do Plano, do Orçamento para o ano de 2019 e do Plano Plurianual de Investimentos para quadriénio 2019 - 2022. _____

Colocada à votação a proposta de aglutinação dos pontos seis e sete da ordem de trabalhos, foi aprovada por unanimidade, com treze votos a favor. _____

A tesoureira, Cristina Maria da Silva Marques Castro, e o presidente da Junta de Freguesia apresentaram as grandes opções do plano, o orçamento para o ano de 2019 e o plano plurianual de investimentos para quadriénio 2019 – 2022. A tesoureira referiu, e passa-se a citar entre aspas "tendo salientado que as grandes opções do plano e orçamento de 2019 que hoje trazemos para discussão, votação e aprovação é a demonstração do compromisso anual do executivo perante a freguesia em relação à sua gestão e às suas opções políticas. No orçamento de 2018 as grandes preocupações foram, a regularização de contas pendentes e a estabilização de prazos médios de pagamento, o cuidado na gestão, projeto a projeto, para não comprometer o equilíbrio, e a seleção muito cuidada entre o que é prioritário e o que apesar de necessário pode/tem que esperar. No orçamento de 2019 acrescentamos a confiança decorrente de 1 ano de experiência, o que nos permitiu alcançar a estabilidade orçamental e financeira. Projetamos também um ano de concretização dos projetos semeados e trabalhados ao longo de 2018. Para 2019 pretendemos alcançar a eficiência máxima na gestão das despesas correntes.

A nossa prioridade será a materialização dos projetos de investimento: - na requalificação do antigo mercado; - na construção do parque de lazer da Praia Seca; - na conclusão da Rua do Tojal; - e no melhoramento do cemitério. Investimento previsto na ordem dos 232000 € (duzentos e trinta e dois mil euros). Não descuraremos o ambiente e a mobilidade. As rotundas serão alvo de reabilitação, os passeios das ruas continuarão a ser alvo de intervenções, a gestão dos jardins será partilhada de uma forma mais ativa pela junta de freguesia com a Câmara Municipal de Guimarães, o horto comunitário e o parque canino serão uma realidade. Investimento previsto na ordem dos 29000 € (vinte e nove mil euros). A preocupação com a ação social, com o apoio às coletividades e com a promoção turística da nossa terra, está bem patente na gestão deste executivo e fica evidente pelo reforço das rubricas relacionadas com projetos sociais, transferências para instituições sem fins lucrativos e atividades culturais. Outra grande preocupação deste executivo está relacionada com a gestão dos trabalhos realizados diariamente pelos nossos colaboradores de exterior – os cantoneiros. Vimos, ao longo deste ano, reduzido de 4 para 2 os elementos afetos a estas tarefas. No sentido de reforçar o apoio à prossecução dos trabalhos de exterior que são de gestão diária e muitas vezes urgente, pretendemos reforçar o quadro de pessoal com 2 elementos novos. As despesas com pessoal estão vertidas no orçamento de 2019 e refletem esta intenção. Do lado das receitas, uma nota especial para as receitas próprias com a gestão da feira. Depois de um ano de investimento de tempo e dinheiro na organização deste espaço, conseguimos alcançar a estabilidade nas receitas mensais arrecadadas. Houve muita prudência na estimativa desta receita para 2019 pois temos consciência que os lugares vazios, tendo muitos deles sido retirada a titularidade do lugar por falta de pagamento, só serão preenchidos de forma permanente se ficar concretizada a revisão do Regulamento Municipal das Feiras Retalhistas do Concelho de Guimarães."

O presidente da Junta de Freguesia complementou a apresentação tendo referido que: i) Em 2018 encetaram um conjunto de iniciativas estratégicas que envolvem as pessoas, nas áreas cultural, ambiental e social; ii) Nas dinâmicas culturais, continuarão a ser replicadas no próximo ano, nomeadamente, a animação de verão, a comemoração da data do 25 de abril, o apoio a escritores de Caldas das Taipas, o festival de reisadas, as festas da Vila e S. Pedro e as que envolvem o comércio local; iii) Na área social, a abertura em 2019 do centro convívio destinado aos séniores, a alteração ao fundo de socorro social e a continuidade dos passeios socias, dos domingos desportivos, da comparticipação das vacinas antipneumocócicas e do banco de bens de primeira necessidade; iv) Continuar-se-á a cooperação e a colaboração com as Instituições e

Associações. A Junta de Freguesia tem sido muito solicitada para colaborar com as Associações, estando, ao longo de 2018, representados em mais de uma centena de iniciativas, para desta forma sentirem que o Executivo está próximo daquilo que desenvolvem e que valorizam os seus trabalhos; v) Na área ambiental, a cooperação da Brigada Verde com a Câmara Municipal de Guimarães é uma referência, tendo tido repercussões muito positivas e, no início de 2019, há um conjunto de projetos prontos a arrancar, designadamente, a instalação dos dispensadores de sacos e deposição dos dejetos caninos, dando resposta aos constantes conflitos entre cidadãos e cidadãos portadores de canídeos, bem como aos problemas de higiene adstritos; vi) A Vimágua vai lançar um empreitada para a intervenção de disponibilização de saneamento em vários locais de Caldas das Taipas, o Sequeiro, o Pinhel, a Quintã, a rua das Granjas, a rua 25 de Abril e no pavilhão do CART, num investimento de cerca de 150000€ (cento e cinquenta mil euros); vii) O compromisso do presidente da Câmara Municipal de Guimarães para a empreitada do mercado; viii) A execução do projeto da centralidade da Vila, embora não pertença ao orçamento da Junta de Freguesia, foi debatido com os responsáveis e esteve a ser melhorado, durante o ano de 2018, no que diz respeito ao estacionamento.

Relativamente ao orçamento houve, em 2018 e do lado da receita, a preocupação em arrecadá-las para os problemas encontrados e salientou a importância da atribuição, pela Câmara Municipal de Guimarães, de subsídios extraordinários não obrigatórios. No orçamento para 2019 essa preocupação também se reflete através do aumento da verba atribuída pelo orçamento de estado, aumento em 35% do protocolo para limpeza das bermas, sarjetas e sumidouros, atribuição de 12500€ (doze mil e quinhentos euros) do protocolo para os jardins, a receita da feira semanal e as receitas dos protocolos de obras. Do lado da despesa, terão mais custos com as responsabilidades acrescidas do contrato interadministrativo dos parques e jardins, mais despesa nos melhoramentos no cemitério, na instalação do parque canino e verba de 10000€ (dez mil euros) com a reparação de passeios (Alameda Rosas Guimarães, rua Padre Silva Gonçalves e rua Professor Manuel José Pereira). Interpelando o deputado Constantino João Quintas Veiga, questionou o motivo pelo qual, aquando da empreitada, os passeios da rua padre Silva Gonçalves não terem sido concluídos até ao final da rua e terem parado imediatamente a seguir às instalações da empresa Cutipol. Este orçamento para 2019 é de estabilidade e sem desafogo. Será gerido de forma criteriosa, através de redução de despesa na limpeza e segurança na feira, nos custos dos materiais, nos consumíveis e fotocopiadora, nos telefones, ou seja, apertar a despesa ao mínimo e libertar o dinheiro para aquilo que queremos construir.

Este primeiro ano de mandato foi para planificação, apresentação à população e receção de contributos.

Os novos desafios para 2019 passam pela renovação das rotundas de entrada na Vila, projeto Taipas a Florir (pretende-se envolver empresas, Associações, organizações de moradores e pessoas particulares, havendo já interessados em cuidar de espaços verdes para os jardins), diligências iniciais do projeto da capela mortuária, início do estudo urbanístico do alargamento do parque de lazer das Taipas, a rotunda da Rabata (que aguarda parecer das Estradas de Portugal), o estudo urbanístico da plataforma intermodal e variante das Taipas, o projeto do antigo mercado, da praia seca e da centralidade da Vila. _____

O documento das grandes opções do plano e orçamento para o ano de 2019 está averbado no anexo três e o documento do plano plurianual de investimentos para quadriénio 2019 - 2022 está averbado no anexo quatro, que fazem parte integrante desta ata. _____

Intervieram o deputado José Alexandre Maia Freitas pelo Partido Socialista, o deputado Manuel José Araújo Ribeiro pela coligação de partidos Juntos por Guimarães e o presidente da Junta de Freguesia prestou os esclarecimentos solicitados. _____

Por ter sido visado na intervenção do presidente da Junta de Freguesia, o deputado Constantino João Quintas Veiga referiu que: i) Na rua padre Silva Gonçalves há uma quantidade descomunal de água que vem por aquela rua abaixo e não há rede de água pluvial; ii) Se essa rua tivesse sido repavimentada na totalidade muito dificilmente, no futuro, seria colocada essa rede de água pluvial; iii) No mesmo dia que mandou parar a obra reuniu com os responsáveis da Câmara Municipal de Guimarães; iv) Na altura, o projeto estava concluído e só não foi executado devido à proximidade das eleições. _____

Na réplica, depois do deputado ter mencionado que mandou parar a obra, o presidente da Junta de Freguesia afirmou que iria mandá-la avançar. _____

O deputado José Alexandre Maia Freitas pelo Partido Socialista na sua intervenção, após cumprimentar todos os presentes, referiu que, e passa-se a citar entre aspas, "Estamos então aqui, volvido um ano, a discutir mais uma vez a proposta para as grandes opções do plano e orçamento para os próximos anos, sendo que ao que o orçamento diz respeito estaremos a falar mais especificamente do próximo ano de 2019. Se das grandes opções do plano não estaríamos à espera que não fosse algo no seguimento do que já havia sido apresentado no ano passado,

vertido do programa eleitoral sufragado em 2017, do orçamento já não se poderia dizer o mesmo. Temos consciência que o primeiro orçamento apresentado há 12 meses atrás por este executivo terá sido, muito provavelmente, o mais difícil deste mandato. Com apenas uns meses de casa não terá sido simples determinar, com a precisão por vezes exigida, a alocação de valores a determinados sectores. Verificamos, pois, que no orçamento agora apresentado estão feitos alguns ajustes que serão, com certeza, fruto do ano de experiência deste executivo na gestão da Junta de Freguesia. Acreditamos, portanto, que este se tratará de um orçamento mais preciso e mais real e que respira confiança. Poderemos dizer, com alguma propriedade, que este se trata do primeiro orçamento com cem por cento de responsabilidade desta equipa executiva. Focando-nos na análise do conteúdo dos documentos em si, bem como na forma como foram redigidos, não poderíamos deixar de, mais uma vez, elogiar o trabalho feito por este executivo. As peças aqui apresentadas são claras, de fácil leitura e interpretação. Sintetizar toda a proposta em 3 palavras: "Estabilidade, realização e novos desafios", demonstra coragem e arrojo. Arrojo esse reforçado de seguida pelo texto que passo a transcrever: "Contas certas, contas em ordem. Despesa orçamentada, cabimentada e comprometida. Pagamentos certos, no dia e nos prazos definidos". Devemos saudar esta passagem a águas mais tranquilas e seguras na navegação da nossa Junta de Freguesia. Os tempos de turbulência ficaram para trás, fazem parte do passado, dando assim espaço a uma gestão mais firme e segura, no respeito de todos os parceiros envolvidos no dia a dia da Junta de Freguesia. Pelo que nos é dado a entender subsiste, no entanto, o problema da empreitada da Rua do Tojal. Creio que não faz sentido continuarmos a debater este assunto aqui nas assembleias, mas seria importante, porém, ter uma resposta cabal por parte do Sr Presidente da Junta no que diz respeito a este imbróglio. Temos efetivamente uma solução à vista? De resto, reparamos com agrado que várias componentes da despesa foram estabilizados e até reduzidos, sendo exceção os gastos com pessoal, na medida das novas necessidades relacionadas com a delegação de competências da Câmara Municipal de Guimarães. A delegação de competências que justifica também, entre outros, o aumento de verbas do lado da receita. De onde se destaca igualmente a transferência do montante de cerca de 33000€ (trinta e três mil euros) da Câmara Municipal destinada à requalificação do antigo mercado. Reparamos também que relativamente às receitas da feira houve alguma prudência por parte deste Executivo. Seria possível de uma forma sucinta detalhar um pouco a principal razão desta prudência? Gostamos quando "ouvimos" o executivo dizer que 2019 será um ano de realizações. Após um 2018 a planear e a projetar, todos estamos a contar que 2019 seja efetivamente um ano de concretizar, tanto nos projetos de

responsabilidade exclusiva da Junta como naqueles partilhados com a Câmara Municipal de Guimarães e respetivas entidades participadas, dos quais destacamos: - O início do projeto de reabilitação do centro da vila; - A extensão da rede de drenagem de águas residuais às ruas do Sequeiro, das Granjas, do Souto, do Pinhel e Avenida Francisco Martins Sarmento; - A requalificação do antigo mercado; - A construção do Parque de Lazer da Praia Seca; - Projeto do Horto comunitário; - Construção de um parque Canino e instalação de rede de equipamentos de higiene urbana para dejetos de animais; - Melhoramentos no cemitério. Todos estes, projetos importantes para a Vila e que farão de 2019, com certeza, um ano de boas realizações. Para além destes, gostaríamos de aproveitar para destacar alguns projetos que darão agora o seu início mas que nos parecem também importantes para o futuro da Vila. A começar pelo projeto Taipas a Florir, que prevê o envolvimento da comunidade, cidadãos e empresas para a reabilitação e manutenção dos nossos jardins e rotundas. Foi este um desígnio e ponto central no programa eleitoral construído por este grupo e é com bastante agrado que o vemos chegar à fase inicial da sua concretização. Esta Vila merece. A nível da promoção turística e cultural, reparamos já no decorrer deste ano algumas das melhorias implementadas por este executivo. Percebemos, porém, que existe ainda muito trabalho a fazer e que a requalificação do antigo mercado potenciará em grande medida esta possibilidade de expansão da promoção turística e cultural, nomeadamente com a exposição permanente e na divulgação da brochura e mapa turístico. Por fim, salientar também, a importância dada por este plano às questões do ambiente e mobilidade, questões centrais na discussão atual sobre o desenvolvimento de qualquer território. Onde destacamos, para além do Parque de Lazer da Praia Seca, a reabilitação das margens do rio e o estabelecimento de trilhos pedonais e cicláveis junto ao rio. Acreditamos que será também do interesse da Vila ver esta vias cicláveis ligadas à sede do concelho e às restantes Vilas. Poderia o Sr. Presidente indicar se existem já planos neste sentido? Como será fácil de perceber, por tudo mencionado até agora, a bancada do PS está amplamente agradada com o que nos é apresentado nos dois documentos aqui em discussão e apreciação, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento, e como tal merecerão por parte desta bancada um voto favorável. Doravante seremos também fiéis escrutinadores da sua real implementação, sendo que, também, nos colocaremos à disposição do executivo da Junta de freguesia sempre que da nossa parte seja necessária qualquer ajuda.”

O deputado Manuel José Araújo Ribeiro na sua intervenção, referiu que: i) O secretário da Junta de Freguesia quando interveio mencionou que “Tudo o que faz de bom, faz-se em articulação e

cooperação"; ii) Defende que as Instituições devem ter autonomia e "espinha dorsal", isto é, devem prosseguir finalidades próprias e que as interações não devem afetar a sua independência e objetivos próprios; iii) O plano de atividades da Junta não deve ser um repositório das atividades das atividades das Instituições e, no plano apresentado, há referência, por vezes velada, a atividades de Instituições que não são a Junta de Freguesia; iv) Acha muito bem a realização, pelo Jornal Reflexo, da gala "A Terra onde a Lua fala" em cooperação com a Junta de Freguesia de Caldelas, no entanto, já ouviu nesta sessão proferir que a gala foi uma organização da Junta de Freguesia de Caldelas em colaboração com o Reflexo. Esta troca pode ter reflexos negativos num órgão de comunicação social que se quer isento e independente; v) Se não houver cuidado, o plano de atividades e orçamento da Junta de Freguesia vai abranger o plano de atividades da Turitermas, do CART, do Clube Caçadores das Taipas, do Centro Social, etc. Esta colagem da Junta de Freguesia às Instituições tem que ser equilibrada. _____

No seguimento, relativamente às verbas transferidas pela Câmara Municipal de Guimarães, referiu que há discriminação negativa às Juntas de Freguesia que não são da cor política do Partido Socialista, que não tendo orçamento próprio, não conseguem realizar obra e as populações é que sofrem com as consequências. Como exemplos, salientou as verbas dos passeios e a intervenção anunciada da Vimágua no saneamento básico. O anterior presidente da Junta perdeu horas em reuniões, a falar com engenheiros e até com o presidente desta empresa municipal e só agora é que serão concretizadas, quando já o deveria ter sido há 10 ou 15 anos atrás. As pessoas é que ficam prejudicadas e, sendo tributárias, devem ficar à margem destas lutas políticas. Salientou que é estranho, que para quem quer olhar apenas para o futuro, escreve sobre o passado no preâmbulo do documento do plano de atividades e com a extensão de praticamente uma página. A atual bancada da Assembleia de Freguesia da coligação de partidos Juntos por Guimarães não representa o Executivo da Junta de Freguesia anterior. Numa atitude provocatória, o deputado Augusto Mendes escreve na imprensa que o anterior Executivo deixou a dívida de cerca de 103000€ (cento e três mil euros). Nem o deputado nem a Junta de Freguesia lhe conseguiram explicar a natureza da dívida. A Junta de Freguesia também não consegue explicar se reconhece a dívida ao empreiteiro relativamente à obra do Tojal, tendo o deputado atestado que essa obra não teve a qualidade exigida, como tal não deve ser paga e, por isso, não se constitui com a dívida apregoada pela Junta de Freguesia e a bancada do Partido Socialista. No documento é referido que ficaram 45000€ (quarenta e cinco mil euros) de dívida, não está registado que ficaram cerca de 10000€ (dez mil euros) de crédito

na conta bancária, nem que na resolução de um contrato promessa recebeu 7000€ (sete mil euros), nem que a dívida dos feirantes é receita da Junta e neste ano de 2019, como referido pelo presidente da Junta de Freguesia, será uma arrecadação recorde na receita da feira. Reforçou que a dívida de mais de 100000€ (cem mil euros) é uma mentira, pois só se fala do débito e omite-se o crédito, tendo sido interpretado como um meio de atingir a honra pessoal de cada um dos membros do anterior Executivo da Junta e agora membros da bancada da coligação de partidos Juntos por Guimarães.

A finalizar referiu que: i) Na introdução do documento infere-se que o pagamento da obra do Tojal é devido e sem contestação; ii) O plano apresentado é de pouca ambição e redutor, a casa mortuária desnecessária e o projeto de requalificação do mercadinho nada acrescenta às Taipas; iii) É uma oportunidade perdida pois poderia ser executada uma obra distinta, atrativa e que pudesse projetar as Taipas, tornando-se significativa no contexto concelhio; iv) Nesta recuperação minimalista, há voluntarismo a mais e qualidade a menos; v) A delegação de poderes nos espaços verdes é vista com agrado e reivindicada há muito, no estrito cumprimento da lei e só agora, após discriminação prolongada aos poderes legítimos nas Taipas e dos Taipenses, se procede à delegação de poderes, tendo o Partido Socialista de Guimarães e das Taipas posto sempre à frente os respetivos interesses partidários; vii) Alertou para o facto desta delegação de poderes implicar a admissão de funcionários que será uma pressão orçamental acrescida e futura para a Junta de Freguesia; viii) O projeto da praia seca agora apresentado é minimalista e sem ambição e a Vila com a concretização deste projeto ganhará muito pouco; ix) As rotundas e os canteiros devem ser renovados de modo a que exijam pouca manutenção, numa ótica de sustentabilidade financeira, para de futuro não se onerarem as finanças públicas e mais concretamente as da Junta de Freguesia; x) O plano de atividades configura um plano de gestão corrente, com projetos minimalistas, estando omitido aquilo que realmente importa e que projetaria a Vila de Caldas das Taipas.

Por ter sido visado na intervenção de Manuel José Araújo Ribeiro, o deputado António Augusto da Silva Mendes referiu que: i) O que disse, nesta Assembleia e na sua coluna do jornal Reflexo, nunca foi, nem nunca será, para atingir a honra de qualquer pessoa; ii) O deputado Manuel Ribeiro já tentou aqui insinuar que o dinheiro da delegação de competências para a Lama e o Surrego seria uma receita que daria para abater à dívida, mas não dá, este dinheiro está destinado para ser gasto em obras nesses locais e, por sinal, ainda não é suficiente; iii) O valor da dívida deixada pelo anterior Executivo da Junta é de 102757,42€ (Cento e dois mil setecentos

e cinquenta e sete euros e quarenta e dois cêntimos) com a obra do Tojal incluída, tendo sido apurada por uma entidade certificada, num relatório que foi distribuído a todos os membros desta Assembleia.

Na prestação de esclarecimentos ao deputado José Alexandre Maia Freitas, o presidente da Junta de Freguesia referiu, que: i) Relativamente à obra do Tojal, à Junta de Freguesia foi interposta uma ação judicial, na qual o empreiteiro reclama 57000€ (cinquenta e sete mil euros) dos trabalhos realizados na obra do Tojal. A Junta de Freguesia contestou a ação não reconhecendo esse valor, mas sim 50000€ (cinquenta mil euros) resultantes do auto de medição efetuado pelos técnicos da Câmara Municipal de Guimarães, contestou todos os defeitos apontados pela notificação judicial avulsa elaborada pelo anterior Executivo exigindo a sua integral reparação e solicitou a redução da fatura apresentada por trabalhos efetuados por outro empreiteiro. Em suma, o atual Executivo da Junta está a cumprir integralmente as deliberações efetuadas pelo anterior Executivo e lançará o que ficou por realizar desta obra no ano de 2019, no valor de 41000€ (quarenta e um mil euros); ii) Relativamente à feira semanal, o objetivo principal foi reaver os valores de dívida em atraso desde 2013 até 2017 e o atual Executivo conseguiu que os pagamentos estejam a ser realizados mensalmente com uma estabilização na receita média no valor de 9500€ (nove mil e quinhentos euros). O novo regulamento das feiras ainda não foi elaborado pela Câmara Municipal de Guimarães e, desta forma, não há a possibilidade de lançar a concurso os cerca de 90 lugares em aberto, dos quais 40 eram de feirantes que, fazendo a feira semanal, não pagavam o respetivo lugar e não quiseram regularizar a sua situação. Atualmente, há cerca de 15 pessoas interessadas em obterem a titularidade desses lugares e feirantes que também pretendem estender o seu negócio para lugares contíguos; iii) O estudo urbanístico, desde o parque de lazer das Taipas até às levadas e que está a ser elaborado por técnicos da Câmara Municipal de Guimarães, pretende definir o uso que se pretende dar ao solo na margem ribeirinha, a plataforma de transportes coletivos e de turismo e a renovação da variante. Nesse estudo pretende-se especificar os terrenos a adquirir e a tipologia de projeto a implementar.

Na prestação de esclarecimentos ao deputado Manuel José Araújo Ribeiro, o presidente da Junta de Freguesia referiu, que: i) Relativamente à ambição, o grande problema dos últimos 12 anos das Taipas é que se pensava em grande e se executava em pequeno ou em nada. Esta atitude estava plasmada em grandes cartazes que anunciaram desde sempre grandes obras, nomeadamente, a residencial sénior da pensão Vilas, o alargamento do parque de Lazer e a

recuperação do mercado, entre outras. A ambição que este Executivo tem, não é muita nem é pouca, é aquela que é compatível com aquilo que efetivamente se consegue fazer. Nas últimas eleições, o que os Taipenses disseram é que estavam fartos de promessas que eram impossíveis de concretizar; ii) Relativamente ao muito pouco que este Executivo eventualmente fizesse, seria sempre muito mais do que foi feito nos últimos 12 anos. Os Taipenses escolheram nas urnas a requalificação do mercado como aquela que vamos executar, em detrimento da proposta da coligação de partidos que era de lá construir um "*Guggenheim*", ou seja, será concretizado um projeto realista, que reabilita e que conserva o património. Os Taipenses também escolheram nas urnas o alargamento para jusante da margem ribeirinha até às levadas, em detrimento da proposta da coligação de partidos de destruir o património agrícola existente a montante do parque de lazer das Taipas, ou seja, este projeto de intervenção ao longo do Rio Ave nem é muito nem é pouco, é o que foi prometido nas eleições pelo Partido Socialista aos Taipenses; iii) Relativamente às parcerias da Junta de Freguesia com as Associações, evidenciou que o texto de opinião do diretor do Jornal Reflexo, sobre a Gala A Terra onde a Lua Fala, espelha exatamente como foi concretizada a parceria. Para memória futura, salientou que a direção do Jornal Reflexo solicitou um apoio à Junta de Freguesia para a realização dessa gala, no entanto, a Junta está impedida de patrocinar órgãos de comunicação social, por questões de autonomia, independência, isenção e proteção do próprio órgão de comunicação social. O Jornal Reflexo colocou a possibilidade de colaboração da Junta de Freguesia para a realização do evento e a Junta mostrou, desde logo, vontade na sua concretização, pois a Junta de Freguesia também pensava fazer uma gala, mas restrita ao desporto. Em resumo, nesta colaboração vêm os dois em primeiro. Este Executivo estabelece parcerias e não alimenta guerras como se fazia no passado e que colocavam os Taipenses contra os Vimaranenses e a Junta contra a Câmara. Atualmente, o Executivo chama, sem exceção, as Instituições e diz-lhes venham trabalhar connosco. Foi para isso que fomos eleitos, nomeadamente, em prol dos Taipenses, das nossas Associações e da nossa Terra. A finalizar, realçou que nas intervenções da coligação de partidos Juntos por Guimarães desta sessão, enquanto oposição, não trouxeram um único contributo para melhorar este orçamento e o desenvolvimento futuro das Taipas. _____

Através de solicitação de esclarecimentos adicionais ao executivo da Junta de Freguesia, o deputado Manuel José Araújo Ribeiro, referiu que: i) Relativamente à feira semanal, é um assunto recorrente em Assembleias de Freguesia durante anos, que solicitava a atribuição de novos lugares à Câmara Municipal de Guimarães, eram sistematicamente desprezados e a

Junta de Freguesia é que dava a cara junto dos feirantes perante esta falta de despacho do Município. Não tem dúvidas nenhumas que estas atitudes da Câmara Municipal eram premeditadas, no sentido de prejudicar a coligação de partidos Juntos por Guimarães e de beneficiar o Partido Socialista. A Vimágua já tem programada a intervenção apregoada nas ruas das Taipas há muitos anos, o atraso na colocação de moloks, o atraso na iluminação pública, no entanto, só agora é que são concretizadas por existir oportunidade política. O clima de medo tem que acabar. Para o benefício das populações, ainda bem que vão ser executadas. Enquanto cidadão, aprendeu a defender as suas causas, com urbanidade, respeito e firmeza, e não tem jeito para ser lambe-botas às pessoas que devem cumprir as suas obrigações. Com estas atitudes, a Câmara Municipal é que se dá mal com as freguesias que são de outra cor política. Solicitou esclarecimentos se existe algum processo na Câmara Municipal para atribuição de lugares e, em caso afirmativo, há quanto tempo foi entregue o pedido; ii) Relativamente aos projetos, no mercadinho deveríamos ser mais ambiciosos, já que é a Câmara Municipal que vai pagar e em Guimarães não há falta de dinheiro. Também solicitou esclarecimentos sobre em que medida é que o património agrícola existente a jusante do parque de lazer das Taipas é mais relevante do que o existente a montante. No seu entender, são ambos solos agrícolas ricos; iii) Na parceria com o Jornal Reflexo, a intervenção que efetuou anteriormente mostrava apenas preocupações com a mensagem que sai para o exterior. _____

Na réplica, o deputado José Alexandre Maia Freitas referiu que: i) É a 4ª vez que o deputado Manuel Ribeiro pergunta onde é que foram arranjar o valor da dívida e é a 4ª vez que lhe respondem dizendo que estão descritas no relatório da auditoria; ii) Foi mencionado nesta Assembleia que havia dívidas de feirantes desde 2013. Em 2013, 2014, 2015, 2016, e 2017 o anterior Executivo não conseguiu cobrar a dívida. Mostra perplexidade quando agora, a coligação de partidos Juntos por Guimarães, acha que estas dívidas são um ativo que se entregou à Junta seguinte. _____

A concluir as intervenções, o presidente da Junta de Freguesia, na prestação de esclarecimentos adicionais, solicitada pelo deputado Manuel José Araújo Ribeiro, referiu que: i) Relativamente ao dossiê da feira semanal, este Executivo tinha consciência que era difícil e que se não conseguissem atingir os objetivos ambiciosos eram os primeiros a vir a terreiro assumir o falhanço. A oposição do Partido Socialista, aquando do anterior Executivo da Junta, apenas solicitava dados sobre a feira semanal. Atualmente monitorizam semanalmente dados sobre quantos lugares estão ocupados/desocupados, qual o valor que já foi cobrado/dívida, quantos

lugares é que estão em título de vaga/definitivos e podemos facultá-los a todo o momento. Todos os lugares vazios na feira correspondem a dinheiro que a Freguesia está a perder. Este Executivo tem vindo a pressionar o departamento jurídico da Câmara Municipal de Guimarães, para que conclua a revisão integral do regulamento das feiras semanais do concelho de Guimarães. Depois da experiência adquirida durante este ano de Executivo, a Junta de Freguesia quer ser ouvida na nova proposta de regulamento da feira semanal; ii) O relacionamento da Junta de Freguesia com a Câmara Municipal de Guimarães não tem sido ao nível político, mas sim ao nível dos técnicos e das estruturas intermédias, que tem tido um peso decisivo na resolução dos problemas das Taipas; iii) No estudo urbanístico que a Câmara Municipal está desenvolver, sob a responsabilidade do arquiteto Filipe Fontes, a Junta de Freguesia passou a fundamentação de que a rua do professor Manuel José Pereira, a rua 19 de Junho e a rua da Taipa apresentam grande densidade urbana, correspondendo a dois terços da população urbana da Taipas, e que vivem de costas voltadas para o rio Ave. Na rua do Tojal a densidade populacional é muito mais reduzida e preservar-se-á aí esse importante património agrícola. É do entendimento do Executivo da Junta de Freguesia que é mais importante criar um parque junto desta zona de maior densidade populacional, ou seja, a jusante do parque de lazer das Taipas haverá uma ligação, através da variante, desta zona urbana ao rio Ave; iv) Em termos de ambição queremos a nova Escola EB23 de Caldas das Taipas, o projeto da centralidade da Vila, a recuperação das Termas, a recuperação da zona ribeirinha do rio Ave, a construção da plataforma de transportes coletivos e de turismo e a reabilitação das rotundas. Entretanto, há um programa eleitoral que deve ser cumprido e que foi sufragado pelos Taipenses nas últimas eleições autárquicas. _____

Colocada à votação a proposta de votar em conjunto as grandes opções do plano, do orçamento para o ano de 2019 e do plano plurianual de investimentos para quadriénio 2019 - 2022, foi aprovada por unanimidade, com treze votos a favor. _____

Estes pontos aglutinados foram aprovados por maioria, com oito votos a favor do Partido Socialista e cinco votos de abstenção da coligação de partidos Juntos por Guimarães. _____

Ponto oito – Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais. _____

O presidente da Junta de Freguesia apresentou o documento de autorização prévia para compromissos Plurianuais, tendo salientado que há despesas que foram assumidas durante o

ano de 2017 e a proposta é que esta Assembleia autorize a Junta de Freguesia a dividir o pagamento dessas dívidas, prolongando-as para o ano de 2018.

O documento de autorização prévia para compromissos plurianuais está averbado no anexo cinco, que faz parte integrante desta ata.

Não houve inscrições para intervenção.

Colocado à votação, este ponto foi aprovado por maioria com oito votos a favor do Partido Socialista, dois votos a favor dos deputados Manuel José Araújo Ribeiro e José Maria Fernandes Ferreira Gomes da coligação de partidos Juntos por Guimarães e três votos de abstenção dos restantes membros desta coligação.

Ponto nove – Apresentação, Discussão e Votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2019.

O presidente da Junta de Freguesia apresentou o documento do mapa de pessoal para o ano de 2019, tendo salientado que, na categoria de cantoneiro, o quadro de pessoal da Junta de Freguesia é constituído por dois elementos com contrato por tempo indeterminado e pretende-se aumentar dois lugares, dentro desta categoria e durante o ano de 2019. O procedimento concursal para ocupação de uma vaga já está a decorrer.

Não houve inscrições para intervenção.

Colocado à votação, este ponto foi aprovado por unanimidade, com treze votos a favor.

Ponto dez – Apresentação, Discussão e Votação da Revisão do Regulamento do Fundo de Socorro Social.

A vogal da Junta de Freguesia, Patrícia Alexandra Gomes Correia, depois de cumprimentar os presentes, apresentou o documento da revisão do regulamento do fundo de socorro social, tendo salientado que o fundo emergente de socorro social é uma medida de combate a situações de vulnerabilidade económica que já se encontrava em vigor com o anterior Executivo. De um modo sucinto, consiste num apoio económico pontual para pagamento de despesas básicas como água, eletricidade e gás, mas agora também com despesas na área da saúde, designadamente, medicamentos e meios complementares de diagnóstico. A necessidade de alterar o modo como esta medida está regulamentada prende-se, acima de tudo, com o facto de o mesmo estar a funcionar até agora como apoio reembolsável o que não é comportável para

pessoas que vivem com tão escassos rendimentos e que não conseguem assumir a sua restituição. Assim, a primeira alteração diz respeito à natureza do apoio, que passa a ser não reembolsável. A segunda alteração está relacionada com a forma como se procede à avaliação socioeconómica dos pedidos de apoio, pretendendo-se que seja efetuada por técnicos qualificados de uma forma objetiva, criteriosa, com privacidade e no respeito pela dignidade humana. _____

O documento de revisão do regulamento do fundo de socorro social está averbado no anexo sete, que faz parte integrante desta ata. _____

Intervieram a deputada Sara Daniela Martins Marques Silva pela coligação de partidos Juntos por Guimarães, o deputado António Augusto da Silva Mendes pelo Partido Socialista. A vogal e o presidente da Junta de Freguesia prestaram esclarecimentos. _____

A deputada Sara Daniela Martins Marques Silva na sua intervenção, após cumprimentar todos os presentes, referiu que, e passa-se a citar entre aspas, "O regulamento do fundo de socorro social foi aprovado no mandato anterior com os votos a favor da coligação Juntos por Guimarães e do Partido Comunista Português na pessoa do então deputado Gildásio Ferreira e os votos contra do Partido Socialista. Este regulamento surgiu da deteção de uma carência específica na população. O contacto com as pessoas mostrava-nos que havia demasiados casos onde sobrava mês ao salário ou reforma. Mostrava-nos ainda que casos onde o atraso no processamento das prestações sociais como desemprego ou baixa causava grandes constrangimentos no orçamento familiar. Não é necessário nenhum estudo socioeconómico para perceber que o custo de vida em Portugal está muito acima dos salários e prestações sociais pagas. Serão inúmeros os agregados familiares que só conseguem equilibrar as contas com os subsídios de natal e férias, andando o resto do ano no fio da navalha. O fundo foi então pensado para funcionar como fundo de maneio, um caixa onde as pessoas que ao dia 20 esgotaram já a sua pequena reforma ou salário e não têm como pagar a conta da luz ou da água pudessem levantar a quantia necessária para pagar essa obrigação sem entrar em incumprimento e assim piorar a situação. O facto de haver uma "obrigatoriedade" (mesmo que não estivessem previstas penalizações judiciais pelo seu incumprimento) era importante por várias razões: 1) Primeiro desencorajar os subsidiodependentes, criados pelo sistema; 2) Garantir que não seria mais um apoio a acumular aos já dados pela segurança social e ação social da câmara, entidades que recebem verbas do orçamento de estado para este fim; 3) Garantir a sua renovação para que

assim pudessem ajudar mais pessoas; 4) Criar um apoio ao qual as pessoas podem sempre recorrer, desde que cumpridas as regras, sem número de utilizações máximas permitidas; 5) Abranger um leque maior de pessoas, que mesmo precisando não estão dentro dos parâmetros definidos pelas outras entidades; 6) Dar dignidade às pessoas, permitindo uma ajuda sem grandes investigações à vida privada, sem ser invasivo da intimidade das pessoas. Ao dar às pessoas a oportunidade de devolver o apoio dado, este não é encarado como uma esmola. O que este novo regulamento traz é uma mão cheia de nada. Ao excluir pessoas que sejam apoiadas por outras entidades, e a limitar o apoio a 100 € quando os apoios da Câmara podem chegar aos 2 mil euros, fará com que as pessoas não procurem a Junta e sim a Câmara para o apoio. Talvez seja essa mesma a intenção desta Junta. Não podemos ainda deixar de referir a opacidade das verbas destinadas a este fundo, uma vez que, de acordo com o seu artigo 13º número 3 o seu valor está limitado à dotação da rubrica correspondente inscrita e aprovada anualmente no orçamento da freguesia, mas, depois de consultado o orçamento da freguesia não encontramos uma rubrica correspondente mas sim uma rubrica geral designada projetos sociais. Exige-se mais rigor e clareza nesta gestão."

O deputado António Augusto da Silva Mendes na sua intervenção referiu que, e passa-se a citar entre aspas, "O Partido Socialista tem aqui que se mostrar satisfeito, primeiro com a continuidade deste fundo que como todos sabem já vem do anterior executivo e segundo pelas suas melhorias agora aqui apresentadas. Infelizmente na nossa Freguesia temos ainda vários casos de necessidades básicas que este fundo pode socorrer. Famílias, que por um ou outro motivo têm ocasionalmente necessidade de ajuda para suprir aquilo que deveríamos ter como certo que todos têm acesso. Mas infelizmente não é assim. Assumimos desde já o nosso voto favorável à proposta. Se num mês não foi possível o pagamento da luz, água, gás ou medicamentos não seria fácil num espaço de 3 meses reorganizar para pagar o mês em curso e ainda o da ajuda que tenha sido concedida. Concordamos por isso pela isenção do pagamento e pela limitação do acesso pois o fundo não pode ser permanente pois é expectável que a verba disponibilizada possa apoiar o maior número de pessoas necessitadas. Saudamos aqui ainda o esclarecimento da vogal Patrícia Correia sobre a avaliação dos processos que será feita por um serviço externo, com competências na matéria e acima de tudo independente como é o Gabinete de Atendimento e Acompanhamento Social (G.A.A.S). Ao executivo da Junta de Freguesia de Caldelas colocamos ainda assim uma questão que nos parece ser importante a sua clarificação

pois é para nós essencial: Como podemos garantir a máxima confidencialidade dos que têm acesso ao fundo?

Na resposta, a vogal da Junta de Freguesia evidenciou que no passado, votaram contra o anterior fundo de socorro, por estar baseado num empréstimo que as pessoas não têm capacidade económica para devolver e pela avaliação de pedidos ser efetuada na Junta de Freguesia sem ser efetivada por técnicos especializados. A proposta agora apresentada prevê que seja efetuada pelo Gabinete de Atendimento e Acompanhamento Social (G.A.A.S.). Na única situação que até agora não veio sinalizada pelo G.A.A.S. foi para aí encaminhada. Para montantes compreendidos entre 15€ (quinze euros) e 50€ (cinquenta euros) a vogal da Junta de Freguesia salienta que não se constitui um quadro de pessoas dependentes de subsídios. Em relação à limitação do apoio a 100€ (cem euros) era o montante que estava consignado no anterior regulamento. No que concerne à privacidade e ao respeito pela dignidade, assegura-se que estes beneficiários ficam resguardados pelo atendimento realizado por alguém que agora tem competência para tal.

Na solicitação de esclarecimentos adicionais ao executivo da Junta de Freguesia, a deputada Sara Daniela Martins Marques Silva, perguntou qual era o valor total afeto ao fundo de socorro social para o ano de 2019.

Na prestação de esclarecimentos adicionais, a tesoureira da Junta de Freguesia referiu que esse valor foi calculado através da média dos montantes atribuídos nos últimos 3 anos e que corresponde a 500€ (quinhentos euros).

A deputada Sara Daniela Martins Marques Silva esclareceu que o anterior regulamento desencorajava os subsidiodependentes, e quando esse primeiro regulamento foi criado teve por base a intenção de criar um fundo de maneio para pessoas que não têm salário para o custo de vida que têm.

Na prestação de esclarecimentos adicionais, a vogal da Junta de Freguesia referiu que o fundo de socorro social não é, nem nunca foi, de todo para pessoas subsidiodependentes. Deixa apenas de ser empréstimo para ser um apoio, resulta da experiência que o executivo obteve durante este ano de 2018 e estará destinado a pessoas devidamente sinalizadas pelo G.A.A.S.

Para complementar a prestação de esclarecimentos adicionais, o presidente da Junta de Freguesia referiu que é necessário desconstruir a palavra subsidiodependente e há pessoas que

num momento de vulnerabilidade beneficiam daqueles subsídios, representando um ato do Estado perante uma situação de vulnerabilidade.

Colocado à votação, este ponto foi aprovado por maioria com oito votos a favor do Partido Socialista, um voto a favor do deputado José Maria Fernandes Ferreira Gomes da coligação de partidos Juntos por Guimarães e quatro votos de abstenção dos restantes membros desta coligação.

Ponto onze – Apresentação, Discussão e Votação da Revisão dos Regulamentos de Apoio às Associações Culturais e Desportivas.

O secretário da Junta, João Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, apresentou o documento da revisão dos regulamentos de apoio às Associações Culturais e Desportivas, tendo referido que se pretende: i) O ajustamento do regulamento à realidade da Freguesia; ii) Corrigir lapsos que levavam a interpretações dúbias do regulamento; iii) A atualização face a nova legislação; iv) A uniformização das datas de candidatura na Junta de Freguesia e no Município; v) Que, com esta alteração se facilitem os procedimentos administrativos das Associações e a promoção de submissões conformes de candidaturas das Associações à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal de Guimarães.

O documento de revisão dos regulamentos de apoio às Associações Culturais e Desportivas está averbado no anexo oito, que faz parte integrante desta ata.

Intervieram o deputado Manuel José Araújo Ribeiro pela coligação de partidos Juntos por Guimarães, o deputado Hélder Rui Andrade da Silva pelo Partido Socialista. O secretário e o presidente da Junta de Freguesia prestaram esclarecimentos.

O deputado Manuel José Araújo Ribeiro na sua intervenção, referiu que: i) As alterações propostas ao regulamento não são de fundo, mas sim de forma; ii) Deve-se manter a referenciação a um registo paroquial em vez da ulterior divisão administrativa das Freguesias, que, na maioria dos casos, as segundas foram decalques das primeiras; iii) A bancada da coligação de partidos Juntos por Guimarães estará atenta à execução deste regulamento e em tudo aquilo que foi dito no passado, nomeadamente, em como o anterior regulamento não era cumprido.

O deputado Hélder Rui Andrade da Silva pelo Partido Socialista na sua intervenção, após cumprimentar todos os presentes, referiu que, e passa-se a citar entre aspas, "Notamos, na apresentação destes regulamentos, uma tentativa de clarificação na atribuição de subsídios às várias instituições da Freguesia. Uma atribuição com critérios claros e iguais para todos é uma garantia de justiça. Tem de haver diferenciação entre os apoios concedidos porque não tenhamos dúvidas: Todas elas são diferentes e têm a sua especificidade e têm de ser tratadas como tal. Aprovaremos aqui dois regulamentos permitindo a todas as instituições que se possam candidatar a um subsídio da Junta de Freguesia. E todas sabem que cumprindo os requisitos legais terão esse apoio. Mesmo antes dos regulamentos aprovados foi já possível saber que esta distribuição mais justa de subsídios já foi seguida pelo executivo no ano de 2018. Na reunião de Junta extraordinária descentralizada do dia 08 de dezembro, realizada no CART, foi possível ouvir do Sr. Presidente da Junta que das 5 instituições apoiadas em 2017 foi possível apoiar 14 em 2018 e ainda aumentar o valor total dos apoios. Consideramos também muito positivo a uniformização de prazos entre a Junta de Freguesia de Caldelas e os prazos da Câmara Municipal de Guimarães o que facilitará na nossa opinião o trabalho das instituições. O número de instituições apoiadas em 2018 mostra a força da nossa terra. Temos das melhores coletividades, tanto a nível cultural como desportivo. Podemos afirmar que nas Taipas temos opções várias que permitem aos nossos jovens ter uma atividade desportiva e cultural forte e que estes frutos serão colhidos no futuro pela nossa terra por isso os apoios concedidos não devem ser vistos como um gasto no presente mas como um investimento no futuro. Na Gala "A Terra onde a Lua fala" foi possível sentir essa força. Todos os Taipenses sentiram-se orgulhosos e o caminho não pode ser assim abandonado.

Na resposta, o secretário da Junta de Freguesia esclareceu que, da recuperação desde 2014 das atas das Assembleias de Freguesia, o que na altura foi reclamado prendia-se com a diluição de responsabilidades dentro dos elementos do anterior Executivo e com a falta de concertação entre prazos de candidatura. Atualmente, sabe-se concretamente que: i) Ao presidente da Junta está afeto o pelouro do desporto e o secretário com o pelouro do Associativismo; ii) A concertação de prazos entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal está agora efetivada neste regulamento.

Para complementar a prestação de esclarecimentos adicionais, o presidente da Junta de Freguesia, referiu que, na perspetiva do Executivo da Junta, o que está bem mantem-se, o que está mal muda-se e o que é possível melhorar melhora-se. Por mais que a Junta de Freguesia

afete orçamento às Associações da Vila, o valor nunca será suficiente para retribuir o que essas Associações fazem pela Freguesia. Com este regulamento pretende-se que as atribuições tenham em ponderação o mérito, o número de atletas, o número de associados, a qualidade do trabalho desenvolvido, ou seja, que as atribuições sejam realizadas com critérios objetivos e transparentes.

Colocada à votação a proposta de votar em conjunto os documentos da revisão dos regulamentos de apoio às Associações Culturais e às Associações Desportivas, foi aprovada por unanimidade, com treze votos a favor.

Colocado à votação, este ponto foi aprovado por unanimidade, com treze votos a favor.

Ponto doze – Apresentação, Discussão e Votação da Proposta de Alteração ao Objeto da Aceitação de Doação de Terreno.

O vogal da Junta, António Joaquim Azevedo de Oliveira, apresentou o documento da proposta de alteração ao objeto da aceitação de doação de terreno para os fins aprovados pela Câmara Municipal, em reunião de três de agosto do ano de dois mil e dezassete, ou seja, dos 3340 m^2 (três mil trezentos e quarenta metros quadrados) inicialmente doados para cemitério, passem apenas 2571 m^2 (dois mil quinhentos e setenta e um metros quadrados) para ampliação do cemitério e 769 m^2 (setecentos e sessenta e nove metros quadrados) para implantação do parque infantil.

O documento de proposta de alteração ao objeto da aceitação de doação de terreno está averbado no anexo nove, que faz parte integrante desta ata.

Intervieram o deputado Manuel José Araújo Ribeiro pela coligação de partidos Juntos por Guimarães e o vogal da Junta de Freguesia prestou esclarecimentos.

O deputado Manuel José Araújo Ribeiro na sua intervenção, referiu que na altura sugeriu a retificação da escritura da doação do terreno da Câmara para redução da área doada à freguesia de Caldelas e, na sua opinião, acha que essa retificação da escritura foi feita e quem a foi outorgar foi o agora deputado Constantino João Quintas Veiga. O deputado avisou que com esta deliberação se pode estar a incorrer numa duplicação de atos.

No seguimento, o vogal da Junta de Freguesia referiu que: i) Leu todas as atas, desde 2008, do Executivo da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia e não encontrou nenhuma

deliberação associada a esta retificação da escritura; ii) Em agosto de 2017, para a consequente outorga da escritura de retificação da doação, a Câmara Municipal de Guimarães solicitou por correio eletrónico, ao anterior Executivo da Junta de Freguesia, o envio das atas dos órgãos executivo e deliberativo nas quais constasse a aceitação da modificação da doação, não tendo o Município obtido qualquer resposta da autarquia de Caldelas.

Colocado à votação, este ponto foi aprovado por unanimidade, com treze votos a favor.

Ponto treze – Apresentação, Discussão e Votação das Propostas de Aditamento de Prazos a Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências.

O presidente da Junta de Freguesia apresentou os documentos para aditamento de prazos a contratos interadministrativos de delegação de competências, na Freguesia de Caldelas para execução de obras de: i) Pavimentação e construção de rede de drenagem de águas pluviais da rua da Lama, rua da Quintã, repavimentação da rua do Montinho e alargamento da Rua do Azemel; ii) Reabilitação do Antigo Mercado de Caldas das Taipas"; iii) Conclusão da requalificação da Rua do Tojal, Rua dos Cutileiros, Rua do Rabelo e Obras na Rua do Montinho". Todas estas obras tinham prazo de conclusão 31 de dezembro de 2018 e foi solicitado pela Junta de Freguesia o seu adiamento para 31 de dezembro de 2019.

Os documentos de propostas de aditamento de prazos a contratos interadministrativos de delegação de competências estão averbados no anexo dez, que faz parte integrante desta ata.

Não houve inscrições para intervenção.

Colocada à votação a proposta de votar em conjunto as propostas dos 3 aditamentos de prazos a contratos interadministrativos de delegação de competências, foi aprovada por unanimidade, com treze votos a favor.

Colocado à votação, este ponto foi aprovado por unanimidade, com treze votos a favor.

Ponto catorze – Apresentação, Discussão e Votação da Proposta de Celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia para Manutenção de Espaços Verdes.

O presidente da Junta de Freguesia apresentou o documento da proposta de celebração do contrato interadministrativo de delegação de competências do Município de Guimarães na Junta

de Freguesia de Caldelas para manutenção de espaços verdes, tendo referido que: i) Se trata de um novo contrato interadministrativo, com o valor de 12500€ (doze mil e quinhentos euros), relativo ao ano de 2019; ii) Se manterão afetos aos jardins da Vila os 3 recursos humanos existentes; iii) Os níveis de atuação estão divididos em 3 e a Junta de Freguesia fica com a responsabilidade dos níveis 2 e 3 e os jardineiros ficam com a responsabilidade das operações de nível 1; iv) Há por parte da Câmara Municipal disponibilidade para trabalhar cooperativamente com a Junta de Freguesia e conseguiu-se uma discriminação positiva ao assegurarem-se as verbas e a continuidade na afetação de jardineiros; v) Esta delegação de competências irá permitir pôr em marcha o plano "Taipas a florir" e a intervenção nas rotundas da Vila. _____

O documento da proposta de celebração do contrato interadministrativo de delegação de competências na Freguesia para manutenção de espaços verdes está averbado no anexo onze, que faz parte integrante desta ata. _____

Intervieram o deputado Manuel José Araújo Ribeiro e a deputada Sara Daniela Martins Marques Silva pela coligação de partidos Juntos por Guimarães, o deputado António Augusto da Silva Mendes pelo Partido Socialista. O presidente da Junta de Freguesia prestou esclarecimentos. __

O deputado Manuel José Araújo Ribeiro na sua intervenção, solicitou que lhe fossem explicados os níveis de intervenção anteriormente referidos e em que nível se situam as podas das árvores.

No seguimento, o presidente da Junta de Freguesia esclareceu que: i) O nível 1 representa áreas de maior visibilidade que requerem altos níveis de manutenção, com operações do tipo: poda de sebes, corte intensivo de relvados, aplicação de fertilizantes, possibilidade de surgirem plantas de caráter anual; ii) O nível 2 representa a manutenção "Standard" (desejável aplicar a todos os espaços) com manutenção mais reduzida em espaços de menor visibilidade com operações de manutenção tipo: poda de sebes, corte de prados e relvados ocasionais por corte mecânico (estações de baixa visibilidade, plantações em grande escala em espaços públicos, jardins; iii) O nível 3 representa um nível mínimo de manutenção que pode ser aplicado a espaços periféricos, de fraca visibilidade, com plantações em grande escala. _____

O deputado António Augusto da Silva Mendes na sua intervenção referiu que, e passa-se a citar entre aspas, "Estamos hoje aqui a dar um passo importantíssimo no futuro da nossa Vila, que vai muito além de uma mera delegação de competências. Vamos aqui aprovar uma proposta que é uma necessidade para os objetivos que delineamos para a nossa Vila no que diz respeito aos

espaços Verdes. Podemos aqui afirmar que com esta delegação de competências seja dado o primeiro passo para que comecemos a ser autónomos em várias áreas de gestão e manutenção da nossa Vila. Sim caros Taipenses, a Autonomia conquista-se com estas delegações de competências que nos vão permitir demonstrar capacidade e competência que todos sabemos que este executivo tem, e porque não temos medo da responsabilidade assumimo-la com a máxima dedicação e empenho que a mesma nos merece. Mas esta delegação de competências, no que diz respeito ao Parque de Lazer é realmente uma necessidade. Todos temos noção disso, e pensamos ser unânime, que o Parque de Lazer não teve depois da sua remodelação o acompanhamento e tratamento condizente com o investimento ali realizado. Vai ser possível reverter esse cenário. Estamos convictos de que esta e outras delegações de competências serão o princípio de uma nova era do poder autárquico que com uma política de proximidade permitirá cuidar dos bens públicos de uma forma mais eficiente e com ganhos para a sociedade. Pretendemos assim que esta delegação de competências seja vista apenas como um teste que esperamos corra como todos desejamos e que no futuro possamos aprovar aqui outras nesta e noutras áreas pois será sinal de que somos capazes de cuidar do que é nosso.

A deputada Sara Daniela Martins Marques Silva na sua intervenção, referiu que, e passa-se a citar entre aspas, "No dia 12 de setembro de 2013, foi aprovada a lei 75/2013 que no seu artigo 132 número 1 diz: Consideram-se delegadas nas Juntas de Freguesia as seguintes competências das Câmaras Municipais a gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes. 5 anos e 3 meses depois estamos finalmente aqui a aprovar a delegação de competências na junta de freguesia. Foram 5 anos em completo desrespeito pela lei e pelos valores democráticos. 5 anos a ignorar o que era melhor para os Taipenses e para as Taipas. Os pressupostos elencados pela Câmara Municipal nesta delegação de competências são: a promoção da coesão territorial; o reforço da solidariedade inter-regional e a melhoria dos serviços prestados às populações. Conclui-se assim que nos 5 anos entre a aprovação da lei e a aprovação deste protocolo, 5 anos onde a câmara violou repetidamente a Lei, estes pressupostos não fossem importantes para a câmara. Certamente que, nestes 5 anos, a falta de preocupação em prestar um melhor serviço à população e o facto da Junta de Freguesia ser de uma cor política diferente é meramente coincidência, como é coincidência que chova no inverno e faça sol no verão. Esta delegação de competências sempre foi reivindicada pelo anterior executivo, pelo que só nos podemos regozijar com ela. Contudo há questões que nos parecem importantes esclarecer: No mapa 14 aparecem praticamente todos os espaços verdes da freguesia a verde escuro, o que

significa que serão todos da responsabilidade da Junta. No entanto no plano de ação diz que os espaços verdes da responsabilidade da junta serão apenas o parque de lazer e o parque das camélias. Em que é que ficamos? Os documentos são contraditórios e não deveriam ser propostos para votação desta forma. 12500€ parece uma quantia insuficiente para todas as zonas assinaladas no mapa 14 anexo ao protocolo, que garantias é que a junta dá que os serviços vão efetivamente melhorar? A não transferência de meios técnicos nem humanos por parte da Câmara Municipal de Guimarães, assim como a reduzida quantia transferida, faz-nos pensar que a intenção da Junta será a de entregar estes serviços a privados, é assim? Gostava ainda de ver esclarecida a seguinte declaração: O envolvimento da população na manutenção dos espaços verdes pode representar uma mais-valia do ponto de vista económico - redução de custos."

Na prestação de esclarecimentos, o presidente da Junta de Freguesia referiu que: i) Na generalidade, também não concorda com a lei 75/2013 e não houve nenhum Município que tenha, automaticamente, transferido por interpretação dessa lei a transferência dessa competência para as Juntas de Freguesia; ii) Este protocolo já abrangia algumas freguesias do concelho de Guimarães, algumas do PSD, e agora é para todas; iii) Também concorda que 12500€ (doze mil e quinhentos euros) é pouco e debater-se-á para que no próximo ano se aumente o valor do montante do protocolo com a Freguesia de Caldelas, ponderando-se no cálculo a área e a tipologia dos jardins; iv) Para já, o envolvimento de privados estará ao nível da missão da responsabilidade social no apadrinhamento de espaços verdes, através da sua manutenção com plano definido, a troco de uma referência em placa de divulgação da empresa privada à qual está a responsabilidade delegada; v) No ortofotomapa disponibilizado, as zonas representadas a verdes traduzem os espaços afetos a este contrato interadministrativo de delegação de competências na freguesia para manutenção de espaços verdes para o ano de 2019; vi) Não vai ser possível fazer tudo de uma assentada e começar-se-á pela rotunda de entrada na Vila vindo de Guimarães; vii) Antes de o apresentar publicamente serão convidados os representantes dos 5 partidos políticos (Partido Socialista, Partido Social Democrata, Centro Democrático Social, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda) para uma apresentação prévia deste projeto, que se quer de compromisso.

Colocado à votação, este ponto foi aprovado por unanimidade, com treze votos a favor.

Foi proposta a aprovação de uma minuta desta ata, que foi aprovada por unanimidade com treze votos a favor.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que depois de lida em voz alta e aprovada por unanimidade vai ser assinada pela Mesa, tendo de imediato o presidente da Assembleia dado os trabalhos por encerrados.

O presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia,

(Sérgio Nuno Pereira da Araújo)

O 1º secretário da Mesa
da Assembleia de Freguesia,

(José Inácio da Fonseca)

A 2ª secretária da Mesa
da Assembleia de Freguesia,

(Eliana de Morais Pimenta)